



SENADO FEDERAL

EDITAL DE HABILITAÇÃO N.º 001/2013

PUBLICAÇÃO: 05/06/2013

Processo n.º 022.910/12-3

OBJETO: HABILITAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO E A CORRETA DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS GERADOS NAS DEPENDÊNCIAS DO SENADO FEDERAL.

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado **SENADO**, leva ao conhecimento dos interessados que realizará processo de habilitação com vistas a firmar termo de compromisso com associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis para prestação de serviços de recolhimento e a correta destinação dos resíduos sólidos recicláveis gerados nas dependências do Senado Federal, esclarecendo que o presente processo se enquadra no art. 24, XXVII, da Lei nº 8.666/1993 e que o presente processo será regido pelo Decreto nº 5.940/2006 e legislação correlata, bem como pelas demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

1. DO OBJETO

1.1 – Constitui objeto do presente Edital a destinação de resíduos recicláveis classificados pela NBR 10004 como de origem doméstica, Classe II B – Inertes (papéis, papelões, plásticos, vidros, metais, etc.), descartados pelo Senado Federal, às associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, para fins de reciclagem, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.1.1 – São considerados resíduos recicláveis:

1.1.1.1 - Vidro: garrafas de bebidas, vidros de conservas, frascos, cacos de embalagens, lâmpadas incandescentes.

1.1.1.2 - Plástico: embalagem de produtos de limpeza, garrafas plásticas, tubos e canos de PVC, baldes e bacias, sacos e sacolas.

1.1.1.3 - Metais: latinhas de bebidas, enlatados, objetos de cobre, alumínio, lata, chumbo, bronze, ferro e zinco.



SENADO FEDERAL

1.1.1.4 - Papel: caixa de papelão, jornal, revistas, impressos em geral, fotocópias, rascunhos, envelopes, embalagens longa vida, cartões, papel de fax.

2. DA DOCUMENTAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO

2.1 - Estarão habilitadas a coletar os resíduos recicláveis descartados as associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis que atenderem aos seguintes requisitos:

2.1.1 - Estejam formal e exclusivamente constituídas por catadores de materiais recicláveis que tenham a catação como única fonte de renda;

2.1.2 - Não possuam fins lucrativos;

2.1.3 - Possuam infraestrutura adequada para realizar a triagem e a classificação dos resíduos descartados;

2.1.4 - Apresentem o sistema de rateio entre os associados e cooperados.

2.2 - A comprovação dos subitens 2.1.1 e 2.1.2 será feita mediante a apresentação de estatuto ou contrato social; e a dos subitens 2.1.3 e 2.1.4 mediante declaração da respectiva associação ou cooperativa, acompanhada de planilha contendo as informações dos ganhos de cada associado ou cooperado nos seis meses imediatamente anteriores à data da publicação deste edital, devendo nela constar a assinatura de cada membro, conforme modelo constante no Anexo 3.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Os atos deverão ser praticados por representante legal que, devidamente credenciado, será o único admitido a intervir nas fases de procedimento de Habilitação e a responder por sua associação/cooperativa, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital e seus anexos.

3.2 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

3.2.1 – documento oficial de identidade do representante legal (original e cópia);

3.2.2 – algum dos seguintes documentos que dê ao representante legal poderes para representar a associação ou cooperativa perante terceiros, manifestar-se em seu nome na sessão pública e praticar todos os atos inerentes ao procedimento de habilitação:



SENADO FEDERAL

3.2.2.1 – Ata de eleição da administração;

3.2.2.2 – instrumento público de procuração;

3.2.2.3 – instrumento particular de procuração, com firma reconhecida;

3.2.3 – original ou cópia autenticada do ato constitutivo, contrato ou estatuto social.

3.3 - O representante da associação ou cooperativa deverá entregar seus documentos de credenciamento juntamente com os documentos de Habilitação.

3.4 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma associação ou cooperativa.

4. DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E CREDENCIAMENTO

4.1 – Os envelopes contendo os documentos de habilitação e credenciamento deverão ser entregues a partir da data de publicação do presente Edital, até a data limite de **19/06/2013**, no Serviço de Protocolo Administrativo do Senado Federal, situado no Anexo I, Térreo, SENADO, Brasília – DF, no horário de 09:00 às 17:00.

5. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 – Os documentos de habilitação e credenciamento apresentados pelas associações ou cooperativas serão analisados e julgados pelos membros do Programa Senado Verde em conjunto com a Subsecretaria de Contratações Diretas - SSCDIR, os quais emitirão parecer conclusivo.

5.1.1 – Os membros do Programa Senado Verde ou a SSCDIR poderão realizar diligências para suprir eventuais falhas de documentação.

5.2 – Após análise dos documentos, os membros do Programa Senado Verde em conjunto com a SSCDIR decidirão motivadamente sobre a habilitação das associações ou cooperativas participantes, divulgando o resultado final do julgamento dos documentos de habilitação no Portal da Transparência do SENADO após 10 (dez) dias úteis da data limite estipulada para recebimento dos envelopes, descrita no subitem 4.1.

5.3 - Os interessados poderão recorrer do resultado publicado, apresentando suas razões devidamente fundamentadas e por escrito, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do primeiro dia subsequente à data da divulgação prevista no item anterior no local descrito no subitem 4.1.



SENADO FEDERAL

5.3.1 - O recurso limitar-se-á a questões de habilitação, considerando, exclusivamente, a documentação apresentada no ato da inscrição, não sendo considerado documento anexado em fase de recurso.

5.4 – Findo o prazo do item 5.3, será divulgada a eventual interposição de recurso, abrindo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para contrarrazões dos interessados, a serem apresentadas no local descrito no subitem 4.1.

5.5 – Encerrado o prazo de apresentação de contrarrazões, os membros do Programa Senado Verde em conjunto com a SSCDIR decidirão motivadamente, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, acerca dos recursos interpostos, divulgando o resultado final.

5.6 – As associações ou cooperativas habilitadas estarão aptas a participar da sessão pública por meio de seus representantes devidamente credenciados na forma do disposto no item 3.

6. DA SESSÃO PÚBLICA

6.1 – A sessão pública será aberta pelos membros do Programa Senado Verde em conjunto com a SSCDIR em data e horário a serem divulgados aos interessados. A reunião será realizada na Sala de Reuniões da COPELI, situada no Bloco de Apoio 2, Mezanino, na Via N2, Praça dos Três Poderes, Brasília/DF (CEP: 70.165-900), procedendo-se à verificação da presença dos representantes das associações ou cooperativas habilitadas, mediante verificação dos documentos de credenciamento apresentados.

6.2 – Após verificação do credenciamento, caso sejam habilitadas duas ou mais associações ou cooperativas, os membros do Programa Senado Verde em conjunto com a SSCDIR darão oportunidade para que promovam acordo entre si, a ser devidamente formalizado na ata da sessão, para a partilha dos resíduos recicláveis descartados.

6.2.1 – Será concedido às habilitadas o prazo de 30 (trinta) minutos, prorrogáveis por mais 15 (quinze) minutos, a critério da Mesa, para efetuarem o acordo de partilha. Findados esses prazos, não havendo acordo formal, será realizado o sorteio na forma do subitem 6.4.

6.2.2 – A partilha terá como objeto os tipos de resíduos definidos no item 1.1.1 do edital, à exceção da previsão contida na alínea “f.1” da Cláusula Segunda do Termo de Compromisso.

6.2.3 – Cada associação ou cooperativa realizará a coleta pelo período fixado no acordo, cujo prazo total não poderá ultrapassar o limite máximo de 2 (dois) anos, ao final do qual um novo processo de habilitação deverá ser iniciado.



SENADO FEDERAL

6.2.4 – Não serão permitidos acordos que comprometam o funcionamento, as rotinas administrativas e as atividades concernentes à consecução das finalidades institucionais do SENADO.

6.3 – Caso o acordo para a partilha seja admitido pelos membros do Programa Senado Verde em conjunto com a SSCDIR, as associações ou cooperativas firmarão os respectivos Termos de Compromisso.

6.4 – Caso não haja consenso entre as associações e/ou cooperativas habilitadas, os membros do Programa Senado Verde em conjunto com a SSCDIR realizarão sorteio para fins de ordenar e definir aquelas que realizarão a coleta dos resíduos recicláveis descartados pelo SENADO e firmarão os correspondentes Termos de Compromisso.

6.5 – Na hipótese do item anterior, deverão ser sorteadas até quatro associações e/ou cooperativas, sendo que cada uma realizará a coleta nos termos definidos neste Edital e seus Anexos, por um período consecutivo de 6 (seis) meses, quando outra associação ou cooperativa assumirá a responsabilidade, seguida a ordem do sorteio.

6.5.1 – As empresas que não forem contempladas no sorteio, automaticamente, terão como findadas sua participação neste procedimento de Habilitação.

6.6 – Ao longo da atuação da última associação ou cooperativa sorteada, novo procedimento de habilitação será realizado.

6.7 – Da sessão pública será lavrada ata.

7. DAS CONDIÇÕES DO AJUSTE

7.1 – O Termo de Compromisso a ser firmado, cuja minuta (Anexo 1) integra este edital, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tudo em conformidade com os termos deste edital para habilitação.

8. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS ETC.

8.1 – Correrão por conta exclusiva da destinatária todos os tributos e taxas devidos sobre as obrigações decorrentes do objeto deste edital e do termo de compromisso, bem como as contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.



SENADO FEDERAL

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 – O encaminhamento da documentação implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem a presente Habilitação por parte do participante.

9.2 - Integram este edital os seguintes anexos:

- a) Anexo 1 – Minuta de Termo de Compromisso;
- b) Anexo 2 – Declaração para Habilitação;
- c) Anexo 3 – Demonstrativo dos ganhos dos cooperados;
- d) Anexo 4 – Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da CF (empregado menor).

9.3 - É facultado à SSCDIR ou aos membros do Programa Senado Verde, em qualquer fase do processo de Habilitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução deste processo de Habilitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos pela SSCDIR ou pelos membros do Programa Senado Verde.

9.4 – Nas fases de habilitação e credenciamento, a SSCDIR ou os membros do Programa Senado Verde, poderão sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e credenciamento dos representantes legais das habilitadas.

9.5 – As decisões da SSCDIR ou dos membros do Programa Senado Verde durante os procedimentos do processo de Habilitação serão fundamentadas e registradas em ata.

9.6 - Em caso de rescisão do Termo de Compromisso com alguma Destinatária, o SENADO oferecerá às outras associações ou cooperativas já habilitadas a oportunidade de acordo para a partilha dos resíduos relativos àquele Termo, na forma do item. 6.2.

9.7 – Caso não haja o acordo previsto nos itens 6.2 e 6.3 do edital, o SENADO poderá proceder ao sorteio previsto nos itens 6.4 e 6.5 do edital ou, a seu critério, dar início a novo procedimento de habilitação.

9.8 - Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase da presente Habilitação serão resolvidos pela SSCDIR ou pelos membros do Programa Senado Verde.



SENADO FEDERAL

10. DO FORO

10.1 Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização da presente Habilitação que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília-DF, 05 de junho de 2013.

TADEU MIGUEL OSMALA
Diretor da SSCDIR

CÁSSIO MURILO ROCHA
Coordenador do Programa Senado Verde



SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE CONTRATAÇÕES DIRETAS - SSCDIR

EDITAL DE HABILITAÇÃO Nº 001/2013

(Processo nº 022.910/12-3)

ANEXO 1

MINUTA DE TERMO DE COMPROMISSO

Que entre si celebram, de um lado, a **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL** e, do outro, _____, objetivando a coleta e a adequada destinação de resíduos sólidos recicláveis gerados nas dependências do Senado Federal, para fins de reciclagem.

A UNIÃO, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou DESTINADOR, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, _____, e a _____, endereço _____, CNPJ _____, doravante denominada DESTINATÁRIA, neste ato representada pelo _____ Sr.(a) _____, RG nº _____ SSP/____, CPF _____, resolvem celebrar o presente termo de compromisso, decorrente do EDITAL DE HABILITAÇÃO nº ____/2013, que originou o reconhecimento de dispensa de licitação pelo Senhor Diretor-Geral Adjunto, ratificada pela Senhora Diretora-Geral _____ às fls. ____ e ____ do Processo n.º 022.910/12-3, e sujeitando-se as partes às disposições do Decreto nº 5.940/06 e legislação correlata e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a destinação de resíduos recicláveis classificados pela NBR 10004 como de origem doméstica, Classe II B – Inertes (papéis, papelões, plásticos, vidros, metais, etc.), descartados pelo Senado Federal, às associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, para fins de reciclagem, de acordo com os termos e especificações constantes deste termo de compromisso, do edital e seus anexos.



SENADO FEDERAL

I – São considerados resíduos recicláveis:

- a) Vidro: garrafas de bebidas, vidros de conservas, frascos, cacos de embalagens, lâmpadas incandescentes.
- b) Plástico: embalagem de produtos de limpeza, garrafas plásticas, tubos e canos de PVC, baldes e bacias, sacos e sacolas.
- c) Metais: latinhas de bebidas, enlatados, objetos de cobre, alumínio, lata, d) chumbo, bronze, ferro e zinco.
- d) Papel: caixa de papelão, jornal, revistas, impressos em geral, fotocópias, rascunhos, envelopes, embalagens longa vida, cartões, papel de fax.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – Compete ao DESTINADOR:

- a) Efetuar a coleta seletiva interna dos materiais recicláveis, evitando a sua disposição como lixo;
- b) Armazenar o material em local seguro, protegido contra intempéries e ações de degradação, até que se tenha acumulado um volume que justifique a coleta pela equipe da DESTINATÁRIA;
- c) Acompanhar as atividades de execução deste Termo de Compromisso, avaliando os resultados por intermédio do Programa Senado Verde;
- d) Analisar as propostas de reformulação do Termo de Compromisso, desde que não impliquem mudanças do objeto. As referidas propostas devem ser apresentadas previamente, por escrito, acompanhadas de justificativas.
- e) Normatizar, controlar e fiscalizar a execução deste Termo de Compromisso, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, assumindo e/ou responsabilizando-se pelo mesmo, em virtude de paralisação das atividades ou de qualquer outro fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas.
- f) Os resíduos sólidos recicláveis originados pelo SENADO cujo recolhimento seja objeto de contrato específico, efetuado com empresa especializada - que não seja associação ou cooperativa com os mesmos propósitos das participantes desse procedimento de Habilitação -, não serão destinados à associação contratada na forma deste Termo de Compromisso.
 - f.1) Os resíduos classificados como “papel” ou metal do tipo “chapa de alumínio”, conforme o inciso I da Cláusula Primeira, não serão destinados à associação ou cooperativa habilitada enquanto vigorar contrato específico do SENADO com empresa especializada para o fim de reciclagem desse material.



SENADO FEDERAL

- g) Caberá ao SENADO definir os resíduos a serem destinados à associação podendo, a seu critério, contratar empresa específica especializada - que não seja associação ou cooperativa com os mesmos propósitos das participantes desse procedimento de Habilitação - ou adotar outra forma de alienação do resíduo.

II – Compete à DESTINATÁRIA:

- a) Executar as atividades previstas neste Termo de Compromisso com rigorosa observância ao objetivo pactuado, visando a promoção social dos catadores de materiais recicláveis;
- b) Indicar ao DESTINADOR a equipe, (composta exclusivamente por cooperados), que realizará a coleta do material destinado, no intuito de facilitar o acesso dos catadores às dependências do SENADO.
- c) Não permitir a participação de terceiros não cooperados na consecução do objeto do presente contrato, ainda que a título gratuito ou mediante relação empregatícia.
- d) Permanecer nas dependências do órgão apenas o tempo necessário para realizar a coleta de forma responsável e eficiente, para identificar materiais que possam interessar à coleta seletiva e para efetuar contatos com os servidores da limpeza e representantes do Programa Senado Verde Seletiva, necessários a ajustes e melhoria do processo, ou ainda para fortalecer ações de sensibilização dos servidores públicos para participação na coleta seletiva solidária;
- e) Transportar os volumes coletados diretamente da sede do DESTINADOR até o galpão de triagem bem como registrar o peso dos materiais doados e posteriormente os valores recebidos pela sua venda, em planilha específica;
- f) Zelar pela limpeza e higienização durante a coleta e o transporte dos materiais recicláveis, desde a fonte geradora até o galpão de triagem;
- g) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos decorrentes de conduta inadequada dos cooperados ou associados nas dependências do SENADO;
- h) Não utilizar o material coletado para finalidade contrária ao estabelecido neste Termo de Compromisso;
- i) Arcar com quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, decorrentes dos recursos humanos utilizados nos procedimentos de coleta, bem como todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre este Termo de Compromisso;
- j) Apresentar relatório, com frequência a ser estipulada pelo fiscal do Termo de Compromisso e pelo programa Senado Verde, explicitando os resultados e benefícios obtidos por meio da coleta seletiva solidária, bem como fornecer informações ao DESTINADOR, sempre que solicitado;



SENADO FEDERAL

- k) Não autorizar o pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a colaborador ou servidor que pertença aos quadros de órgãos ou de entidades das Administrações Públicas Federal, Estaduais, Municipais ou do Distrito Federal;
- l) Fornecer (gratuitamente) ao DESTINADOR, sempre que acordado amostras de produtos derivados de reciclagem, que possam ser utilizados para promover o Programa Senado Verde;
- m) Comunicar, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade no cumprimento rotineiro do pactuado neste Termo de Compromisso;
- n) Não contratar trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos nem qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, em conformidade ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- o) Apresentar no ato da assinatura do Termo e semestralmente informações socioeconômicas da entidade;
- p) Fornecer relação dos associados e cooperados que assumirão a responsabilidade pela execução dos serviços constantes no objeto deste Termo de Compromisso;
- q) Garantir que o sigilo das informações contidas nos papéis e/ou outros resíduos não sejam violadas.
- r) Preencher e atestar as planilhas de monitoramento disponibilizadas pelo SENADO.
- s) Dividir equitativamente entre si as receitas provenientes da venda dos resíduos sólidos descartados e destinados pelo SENADO, conforme os termos constantes no Acordo Cooperativo da Coleta Seletiva Solidária da Esplanada dos Ministérios celebrado em 22 de junho de 2007 na cidade de Brasília.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O DESTINADOR não se responsabiliza por quaisquer danos ou prejuízos sofridos pela DESTINATÁRIA ou seus cooperados na coleta ou no transporte do material doado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Não poderá a DESTINATÁRIA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente Termo de Compromisso, salvo autorização específica do SENADO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO

Caso os materiais não sejam recolhidos pela Cooperativa ou Associação nos dias preestabelecidos pelo DESTINADOR, este poderá, a seu critério, definir destinação diversa aos materiais, para que não haja acúmulo indesejável em suas dependências.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO ÚNICO - A coleta deverá ser realizada nos dias e horários definidos pelo DESTINADOR.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Não haverá a transferência de recursos financeiros entre as partes para a execução do presente Termo de Compromisso, sendo que a consecução das ações previstas correrá à conta do orçamento próprio de cada partícipe, na medida de suas obrigações.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela Diretora-Geral e membros do Programa Senado Verde promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste Termo de Compromisso.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

Pelo não cumprimento das obrigações contidas neste Termo de Compromisso, serão aplicadas advertências à Cooperativa ou Associação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de reincidência do descumprimento pelo mesmo motivo que originou advertência, o SENADO poderá efetuar a rescisão do ajuste, nos termos da Cláusula Sétima.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente Termo de Compromisso poderá ser rescindido a qualquer tempo:

- I – Por interesse de qualquer uma das partes, mediante comunicação escrita de uma parte à outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- II – Por inadimplemento de qualquer das obrigações por parte do DESTINADOR ou da DESTINATÁRIA;
- III – Na ocorrência de caso fortuito ou força maior regularmente comprovado, impeditiva da execução deste Termo de Compromisso.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os casos de rescisão serão formalmente registrados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

A vigência deste Termo de Compromisso será de _____ (____) meses, a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Termo de Compromisso.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, de de 2013.

DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL

COOPERATIVA/ ASSOCIAÇÃO

RG n.º _____

CPF n.º _____

TESTEMUNHAS:

MEMBRO DO PROGRAMA SENADO VERDE

DIRETOR DA SUBSECRETARIA DE CONTRATAÇÕES DIRETAS - SSCDIR



SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE CONTRATAÇÕES DIRETAS - SSCDIR

EDITAL DE HABILITAÇÃO Nº 001/2013

(Processo nº 022.910/12-3)

ANEXO 2

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

(Condições Habilitatórias)

_____ (nome da ASSOCIAÇÃO OU COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL), inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede no endereço _____, Município de _____, no Estado _____, neste ato representada pelo(a) senhor(a) _____, portador(a) do RG. n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA expressamente que possui infraestrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados pelo SENADO FEDERAL, bem como apresenta sistema de rateio entre os associados ou cooperados, nos termos do artigo 3º, incisos III e IV, do Decreto nº 5.940, de 2006, e requisitos habilitatórios do Edital de Habilitação nº ____/2013.

Brasília, de _____ de 20____.

Representante legal: _____ (Nome e assinatura)



SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE CONTRATAÇÕES DIRETAS - SSCDIR

EDITAL DE HABILITAÇÃO Nº 001/2013

(Processo nº 022.910/12-3)

ANEXO 3

DEMONSTRATIVO DOS GANHOS DOS COOPERADOS

Nome Cooperado	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês ...	Assinatura

Brasília, _____ de 20____.

Representante legal da associação/ cooperativa



SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE CONTRATAÇÕES DIRETAS - SSCDIR

EDITAL DE HABILITAÇÃO Nº 001/2013

(Processo nº 022.910/12-3)

ANEXO 4

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF
(EMPREGADO MENOR)**

_____ (Nome da Associação ou Cooperativa), CNPJ nº _____, estabelecida na _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, Sr(a). _____, portador do RG nº _____, expedido pelo _____, e do CPF nº _____, declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99).

Brasília, _____ de _____ de 20__.

(Nome e assinatura do representante legal da empresa)